

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO



Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

PDTI
2015 – 2019
(Versão 1.1)



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
2	INTRODUÇÃO.....	6
3	TERMOS E ABREVIações	9
4	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	10
5	METODOLOGIA APLICADA.....	12
5.1	Fase de Preparação	13
5.2	Fase de Diagnóstico.....	13
5.3	Fase de Planejamento	15
6	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	16
7	ORGANIZAÇÃO ATUAL DA TI.....	17
8	IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DE TI.....	17
8.1	Missão	17
8.2	Visão	17
8.3	Valores.....	18
8.4	Objetivos Estratégicos.....	18
8.5	Análise SWOT	19
9	CORRELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA DA CTI.....	20
10	ARQUITETURA DE REFERÊNCIA	21
11	PROJETOS E AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	21
11.1	Projetos e Ações de Tecnologia da Informação com Relacionamento Direto com o Planejamento Estratégico Participativo – PAPEP.....	21
11.1.1	PAPEP 1 - Infraestrutura de Equipamentos, Comunicação e Softwares de TI	21
11.1.2	PAPEP 2 - Aprimoramento da informatização dos processos judiciais.....	23
11.1.3	PAPEP 3 - Aprimoramento da informatização dos processos administrativos.....	24
11.1.4	PAPEP 4 - Segurança e suporte dos serviços e das informações	25
11.2	Projetos e Ações de Tecnologia da Informação Estruturantes	26
11.2.1	PAE 1 - Reestruturação da Central de Serviços.....	26
11.2.2	PAE 2 - Estruturação da Metodologia de Risco	27
11.2.3	PAE 3 - Estruturação da Unidade de Governança de TI	28
11.2.4	PAE 4 - Estruturação da Unidade de Segurança da Informação	29



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

11.3	Projetos e Ações de tecnologia da Informação Estruturantes Dependentes de Fatores Externos a TI.....	30
11.3.1	PAFE 1 - Prover servidores efetivos com especialidade em tecnologia da informação.....	30
11.3.2	PAFE 2 - Implementar uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos de tecnologia da informação.....	31
11.4	Previsão de Prazo de Execução	31
11.4.1	Curto Prazo: até 01 ano.....	32
11.4.2	Médio Prazo: até 02 anos.....	32
11.4.3	Longo Prazo: até 05 anos	32
11.4.4	Sem Prazo Definido	32
12	SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO, REVISÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PDTI.	33
12.1	Indicadores.....	33
12.1.1	Índice de Execução do PDTI.....	33
12.1.2	Índice de Satisfação com a Execução de Projetos Estratégicos do PET Contemplados no PDTI	34



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Termos e abreviações	10
Quadro 2 – Documentos de referência	12
Quadro3 – Princípios e diretrizes	16
Quadro 4 – Análise SWOT	20
Quadro 6 – PAPE	21
Quadro 7 – PAPE 1	22
Quadro 8 – PAPE 2	23
Quadro 9 – PAPE 3	24
Quadro 10 – PAPE 4	25
Quadro 11 – PAE	26
Quadro 12 - PAE 1	26
Quadro 13 – PAE 2	27
Quadro 14 – PAE 3	28
Quadro 15 – PAE 4	29
Quadro 16 – PAFE	30
Quadro 17 – PAFE 1	30
Quadro 18 – PAFE 2	31
Quadro 19- Curto prazo	32
Quadro 20- Médio prazo	32
Quadro 21 – Longo prazo	32
Quadro 22 – Sem prazo definido.....	32
Quadro 26 – Índice de execução do PDTI.	33
Quadro 27 - Índice de satisfação com a execução de Projetos Estratégicos do PET contemplados no PDTI	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Fluxo do Macroprocesso de Elaboração do PDTI	12
Figura 2 – Estrutura Organizacional de TI.....	17
Figura 3– Mapa Básico da Infraestrutura de TI	Erro! Indicador não definido.
Figura 4 - Previsão de Prazo de Execução	31
Figura 5 - Orçamentação dos projetos de responsabilidade da CTI.....	Erro! Indicador não definido.



1 APRESENTAÇÃO

A unidade gerencial responsável por operar a gestão da Tecnologia de Informação e Comunicações no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso – PJMT, é a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça - CTI, sendo responsável pelas tomadas de decisões estratégicas envolvendo políticas e modelos operacionais, centralizando também o planejamento e a priorização orçamentária de TIC de todo o estado.

A infraestrutura de TIC do Poder Judiciário mato-grossense é hoje composta por quase uma centena de sub-redes distintas atendendo cada comarca e juizados, interligadas por meio de links de longa distância ao edifício do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso – TJMT. Seu parque computacional supera 5500 computadores e a arquitetura tecnológica presente em suas soluções é bastante atualizada, servindo como exemplo de inovação e pioneirismo em vários projetos nos últimos 10 anos. Os sistemas de informação abrangem quase a totalidade da instituição, e muitas áreas já foram informatizadas há mais de 15 anos e estão atualmente vivenciando uma segunda ou terceira geração. No encalço do princípio da eficiência, a Tecnologia da Informação e Comunicações, ou simplesmente TIC, assumiu papel central tanto para automação de suas atividades, quanto para assegurar padrões de produção de seus serviços, visando garantir de forma sistemática e disciplinada a melhoria contínua da qualidade de seu processo produtivo.

O Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI, entrega final deste projeto, sistematiza o planejamento da gestão de TI para o quinquênio 2015-2019, contemplando as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso para o período.

O PDTI deverá abranger o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação com o intuito de atender as necessidades tecnológicas e de informação do PJMT, abrangendo todas as suas unidades organizacionais no Estado de Mato Grosso, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI, e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações - PETIC, de forma a garantir que haja uma coerência entre ações da TI e às estratégias organizacionais.

A revisão do PDTI terá periodicidade semestral. O processo de revisão será conduzido pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e os resultados desse processo serão submetidos ao Comitê de TI e ao Presidente do Tribunal para aprovação. Excepcionalmente, visando o alinhamento das necessidades apresentadas neste



diagnóstico com as Estratégias do Tribunal, o PDTI deverá ser revisado após a elaboração do Plano Estratégico de TIC para o próximo período.

2 INTRODUÇÃO

Impulsionado pela Lei 11.419/2006, a TIC ampliou sua importância no Poder Judiciário, estampando em seu principal instrumento – o processo – todo fulgor da Tecnologia da Informação, rompendo barreiras geográficas e temporais para a prestação jurisdicional. De fato, o processo eletrônico, embora em fase embrionária, apresenta-se como ferramenta capaz de imprimir celeridade na entrega da prestação jurisdicional e superação dos obstáculos do acesso à justiça.

Por outro lado, em que pesem todos os benefícios trazidos pela inovação tecnológica ao judiciário, é notório que essas iniciativas passaram a consumir um volume crescente de recursos e a transferir atividade fim do Judiciário suas fragilidades e fraquezas.

Uma das características marcantes da TIC é sua complexidade, para qual a alternativa de solução mais adotada é a padronização. Outra importante e crítica particularidade é sua efemeridade, contornável por meio de planejamento, sem o que as inovações de TIC se tornam volúveis e ineptas aos objetivos de negócio.

Por isto, em toda a esfera governamental a falta de métodos, administração da qualidade da Tecnologia da Informação e seu desalinhamento com os planos institucionais tem sido alvo de muitas preocupações. Atos administrativos, tais como, o Acórdão 1603/2008 do TCU; as Instruções Normativas 02/2008 e 04/2008 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; e as Resoluções 90/2009, Resoluções 91/2009, 99/2009 do Conselho Nacional de Justiça entre outros, demonstram claramente o reconhecimento da tecnologia como elemento estratégico para realização de suas atividades precípuas e a necessidade de acompanhamento rigoroso da Administração Judiciária sobre esta área.

Dentre as normas supracitadas, cabe frisar a importância da Resolução 90/2009-CNJ, por ter definido requisitos de nivelamento nacional da Tecnologia da Informação, nos aspectos de composição de quadro de pessoal efetivo, padrões operacionais e tecnológicos dos sistemas de informação, integração e disponibilidade dos sistemas de acompanhamento processual e sistemas de gestão documental, nivelamento e controle da infraestrutura de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

informática e comunicações etc. A referida resolução determina ainda a elaboração de um Planejamento Estratégico de Tecnologia e, em seu Artigo 11, a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, referenciado nas normas nacionais e internacionais para as áreas de governança e gerenciamento de serviços.

“(...)

Art. 11. O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais. Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI).

(...)”.

Finalmente, vale ressaltar que, a determinação do CNJ foi convertida na meta específica do Planejamento Estratégico de TIC “*Desenvolver o PDTI (Plano Diretor da Tecnologia da Informação)*”, presente no Projeto 9.1 do PETI, “*Manutenção das Ações de Informática Projeto Metas*”.

Para além do atendimento à determinação do CNJ, é notório que o PDTI é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão pelo gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

Dentre os objetivos do PDTI podemos citar:

- Ser um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão da Tecnologia de Informação;
- Orientar a identificação das informações estratégicas, táticas e operacionais necessárias à Instituição;
- Definir os recursos necessários para a evolução das tecnologias da informação, da arquitetura, dos Sistemas de Informação e de Conhecimento;
- Permitir a definição de projetos e de prioridades, o acompanhamento das ações e o controle dos investimentos.

Espera-se com a elaboração do PDTI:

- Identificar, quantificar e disseminar a atual situação do ambiente de tecnologia da informação do PJMT;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

- Ter ao alcance, opiniões embasadas de especialistas de cada uma das áreas estudadas, permitindo fazer as comparações necessárias entre a situação atual da estrutura de TI do PJMT e as necessidades futuras;
- Identificar e dimensionar os recursos tecnológicos e humanos utilizados na área de TI;
- Possibilitar com maior rigor a tomada de decisões estratégicas, quando se tratar de assuntos envolvendo o ambiente de TI do PJMT;
- Identificar necessidades futuras na área de TI que permitam o pleno atendimento às metas e objetivos do plano estratégico;
- Identificar e definir ações e projetos prioritários na área de TI, suas abrangências e respectivas estimativas orçamentárias;
- Adotar como procedimentos padrões descritos nos modelos reconhecidos pela Administração Pública Federal e pelo mercado para melhoria da governança de TI;
- Aprimorar a gestão da segurança da informação;
- Realizar padronização em processos, rotinas e procedimentos para elaboração de investimentos e contratações na área de TI.

Sendo assim, a elaboração do PDTI servirá como instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos, abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de informações e infraestrutura para atender às necessidades de informação.

Durante sua vigência será possível nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e planos de ação para implantá-las, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizando o desperdício, garantindo o controle da aplicação dos recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.



3 TERMOS E ABREVIações

São apresentados no PDTI alguns termos e siglas cujos significados são apresentados abaixo no Quadro de Abreviações:

SIGLA/TERMO	SIGNIFICADO
BPMN	BPMN (<i>Business Process Model and Notation</i>) é uma notação gráfica que tem por objetivo prover uma gramática de símbolos para mapear, de maneira padrão, todos os processos de negócio de uma organização.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology
CTI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
Governança de TI	É de responsabilidade dos executivos e da alta direção, consistindo em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização.
iGovTI	Índice de Governança de TI adotada pelo TCU
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
NBR ISO 27002:2005	Esta Norma estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização. Os objetivos definidos nesta norma provêm diretrizes gerais sobre as metas geralmente aceitas para a gestão de segurança da informação.
ISO/IEC 38500	Esta Norma oferece princípios para orientar os dirigentes das organizações (incluindo proprietários, membros do conselho de administração, diretores, parceiros, executivos seniores ou similares) sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da Tecnologia de Informação (TI) dentro de suas organizações.
PAPEP	Projetos e ações de tecnologia da informação com relacionamento direto com o Planejamento estratégico.
PAE	Projetos e ações de tecnologia da informação estruturantes da CTI.
PAFE	Projetos e ações de tecnologia da informação estruturantes dependentes de fatores externos a TI.
PD	Princípios e diretrizes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

SIGLA/TERMO	SIGNIFICADO
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.
PEI	Planejamento Estratégico Institucional – PEI
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações. Situado no nível estratégico, é um documento que complementa o Planejamento Estratégico Institucional, por meio do planejamento de sistemas de informação, conhecimentos e informática.
PROCESSO	Geralmente um conjunto de procedimentos influenciados pelas políticas e os procedimentos que recebem entradas de várias fontes, inclusive de outros processos, manipulam as entradas e produzem resultados, incluindo outros processos.
RISCO	Em negócios, o potencial de que certa ameaça irá explorar as vulnerabilidades de um recurso ou grupo de recursos para causar perda ou prejuízos; usualmente medido por uma combinação de impacto e probabilidade de ocorrência.
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TOGAF	TOGAF (The Open Group Architecture Framework) é um framework de arquitetura, em essência é uma ferramenta para auxiliar na aceitação produção uso e manutenção de arquiteturas.

Quadro 1 – Termos e abreviações

4 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação teve como documentos de referência normas e legislações referentes a estratégias públicas adotadas pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, quais sejam:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

ID	DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
DR1	Portaria nº 116/2014 – TJMT	Dispõe sobre normas de acesso e utilização da Internet pelos usuários da rede de dados do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
DR2	Organograma do TJ-MT	Atualizado pela Lei Nº 9.319, de 24/02/2010 - Anexo X e Lei Complementar Nº 301, de 15/01/2008.
DR3	Planejamento Estratégico de TIC	RESOLUÇÃO Nº 99, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009. Dispõe sobre o Planejamento Estratégico de TIC no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
DR4	Planejamento Estratégico Institucional 2010-2014	RESOLUÇÃO N.º 008/2009/TP. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
DR5	Certificação ISO 9001:2008 do TJ-MT	A certificação NBR ISO 9001:2008, alcançada em fevereiro de 2013, atesta a qualidade dos serviços prestados pelas áreas administrativas.
DR6	Organograma da CTI	Organograma descrevendo a hierarquia interna da CTI.
DR7	Formulação Estratégica - modelo CNJ	RESOLUÇÃO Nº 70, DE 18 DE MARÇO DE 2009. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
DR8	Requisitos de Tecnologia da Informação	RESOLUÇÃO Nº 90, DE 29 DE MARÇO DE 2009. Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.
DR9	Modelo de Requisitos para Sistemas da Informação de Gestão de Processos e Documentos – modelo CNJ	RESOLUÇÃO Nº 91, DE 29 DE MARÇO DE 2009. Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.
DR10	Diretrizes para Contratações de Solução	RESOLUÇÃO Nº 182, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de



ID	DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
	de TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
DR11	PMBok 5ª Edition	É um guia de boas práticas em gerenciamento de projetos.
DR12	COBIT 5.0	É um guia de boas práticas apresentado como framework, teste dirigido para a gestão de tecnologia de informação (TI).
DR13	ITIL® 2011	É um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI).

Quadro 2 – Documentos de referência

5 METODOLOGIA APLICADA

Para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi utilizada a metodologia da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, utilizando-se como base o Guia de Elaboração do PDTI da SLTI, versão 1.0, de 2012.

Essa metodologia orienta a elaboração do PDTI em três fases principais: Preparação, Diagnóstico e Planejamento, conforme diagrama a seguir:

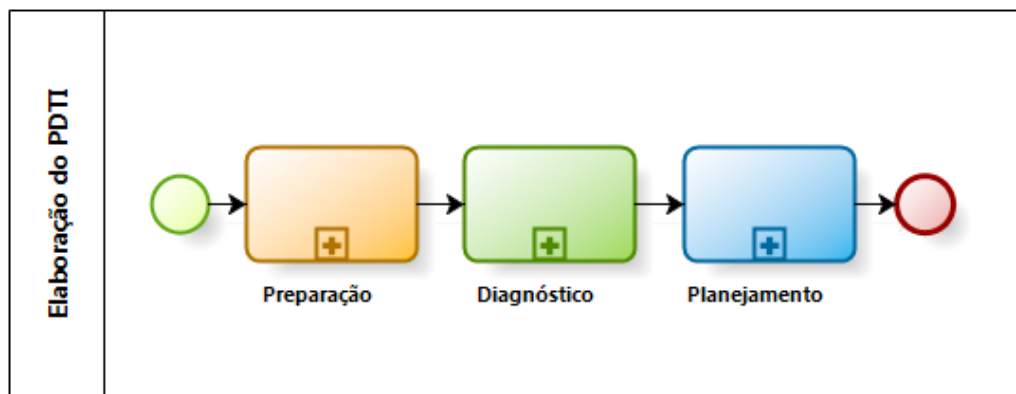


Figura 1– Fluxo do Macroprocesso de Elaboração do PDTI



5.1 Fase de Preparação

A primeira fase da elaboração do PDTI é a Preparação. Esta fase reúne aspectos decisórios de caráter superior, incluindo a aprovação de documentos e atividades diretamente voltadas à elaboração do Plano de Trabalho, o qual orientará a condução da elaboração do PDTI. As tarefas executadas nesta fase foram:

- Definição da abrangência e período do PDTI;
- Definição da equipe de Colaboração do PDTI;
- Aprovar e publicar a designação da equipe de Colaboração do PDTI;
- Definição da Metodologia de Elaboração do PDTI;
- Identificação de documentos de Referência;
- Identificação dos princípios e diretrizes do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Elaboração do Plano de Trabalho do PDTI;
- Aprovação do Plano de Trabalho do PDTI.

5.2 Fase de Diagnóstico

A fase de diagnóstico caracteriza-se por buscar compreender a situação atual da TI na organização para, em consonância com esse quadro, identificar as necessidades (problemas ou oportunidades) que se espera resolver. Foram realizadas nas seguintes etapas:

- Avaliação do referencial estratégico da TI;
- Avaliação da organização da TI do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Fazer a análise da matriz SWOT da TI organizacional;
- Avaliação das necessidades de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2015-2019

- Avaliação das necessidades de serviços de TI para o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Avaliação das necessidades de infraestrutura de TI para o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Avaliação das necessidades de contratação de TI para o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Avaliação das necessidades de pessoal em processos de TI;
- Consolidação do inventário de necessidades;
- Alinhar as necessidades de TI às estratégias do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Aprovação do inventário de necessidades.

Nesta fase foi identificada a situação da TI e todas as necessidades ou demandas que precisam ser atendidas. Para isso, a equipe de elaboração do PDTI definiu uma abordagem direta com as áreas de negócio e elaborou um questionário que abordou os temas mais relevantes para a elaboração do PDTI.

A avaliação das necessidades foi executada em 06 etapas: Elaboração do Questionário, Preparação da Aplicação dos Questionários, Aplicação dos Questionários, Consolidação dos Questionários, Geração do Diagnóstico da Situação Atual, Identificação das Necessidades e Consolidação das Necessidades.

Na primeira etapa foram disponibilizadas informações para que a equipe pudesse realizar a análise documental a partir do conhecimento dos Serviços, Informações, Contratações, Infraestrutura e Pessoas do Departamento de Tecnologia da Informação.

Na segunda etapa foram definidos os setores e pessoas responsáveis por fornecer as respostas dos questionários elaborados. Os questionários e formulários foram distribuídos, na terceira etapa, por meio de reuniões, com os responsáveis por transmitir as informações de cada setor. Na quarta etapa, após o recebimento dos questionários, a Equipe fez a consolidação dos questionários em um único documento. Na quinta etapa, foi



gerado o diagnóstico da situação real da área de TI do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, em relação a sistemas, serviços, aplicativos, equipamentos, publicidade das informações e demais informações relevantes para o entendimento das necessidades das áreas de negócio.

Na etapa final, após a verificação do documento consolidado dos questionários, foram avaliadas as reais necessidades de TI das áreas de negócio, destacando os setores que levantaram a necessidade, a questão associada ao questionário, o tipo, o grupo e a descrição da necessidade, procurando agrupá-las para identificar necessidades comuns a mais de um setor.

Ao final da fase de Diagnóstico, a Equipe de Elaboração do PDTI elaborou o Inventário de necessidades consolidadas, contendo a análise das demandas, a integração ao planejamento da organização, a verificação de consistência, a viabilidade do atendimento da necessidade e a priorização das necessidades para decisão pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

5.3 Fase de Planejamento

Na fase de planejamento foram executadas as seguintes etapas:

- Atualização dos critérios de priorização e de orçamento.
- Priorização das necessidades inventariadas.
- Definição das metas e das ações.
- Planejamento da execução das ações detalhadamente.
- Planejamento das ações de pessoal.
- Planejamento dos investimentos e de custeios.
- Consolidação da proposta orçamentária de TI.
- Aprovação dos planos específicos.
- Atualização dos critérios de aceitação de risco



- Planejamento do gerenciamento de riscos
- Identificação dos fatores críticos para a implantação do PDTI;
- Consolidação da Minuta do PDTI.
- Aprovação da Minuta do PDTI.

Para cada necessidade levantada foi definida sua prioridade e uma ou mais metas e ações para o seu atendimento. Estas ações envolverão a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos, bem como ampliação e aprimoramento dos recursos humanos alocados em sua execução.

6 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A elaboração do PDTI segue as diretrizes, padrões, normas e orientações de políticas do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso. O PDTI seguirá os princípios e diretrizes contidos nos documentos de referência como segue:

ID	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	FONTE	PRIORIZAÇÃO
PD1	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados).	Cobit - Control Objectives for Information and related Technology	Cobit - Control Objectives for Information and related Technology
		ITIL - Information Technology Infrastructure Library	ITIL - Information Technology Infrastructure Library
PD2	Requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.	Resolução 90/2009-CNJ	CNJ

Quadro3 – Princípios e diretrizes



7 ORGANIZAÇÃO ATUAL DA TI

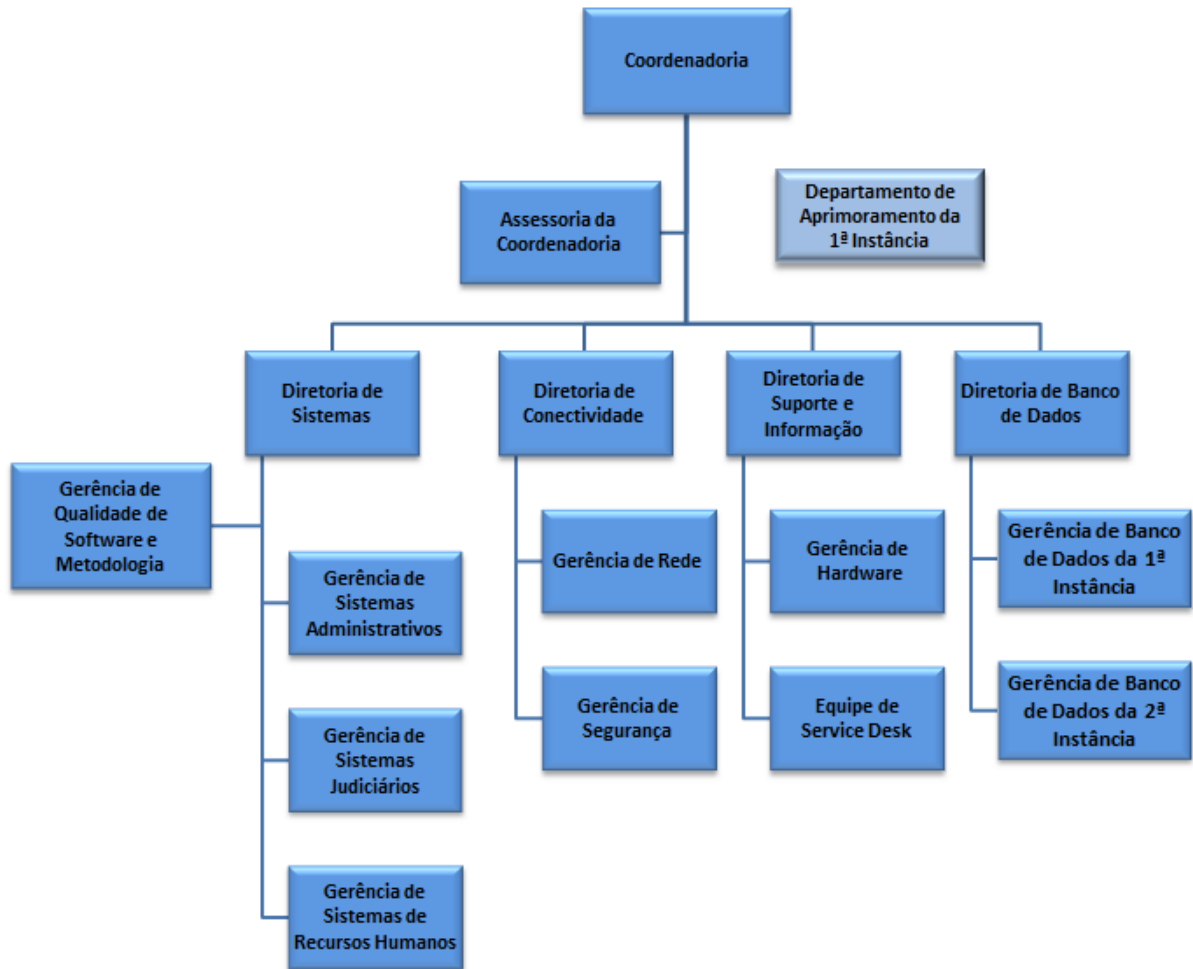


Figura 2 – Estrutura Organizacional de TI

8 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DE TI

A identidade Organizacional da TI do Tribunal de Justiça de Mato Grosso seguirá as definições da RESOLUÇÃO Nº 99, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico de TIC no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências:

8.1 Missão

Propiciar soluções em Tecnologia da Informação para que o Judiciário Mato-grossense cumpra sua função institucional.

8.2 Visão



Ser reconhecido pela excelência nos seus serviços e soluções de TI.

8.3 Valores

Os valores – princípios, ou crenças, que servem de guia, ou critério, para os comportamentos, atitudes e decisões organizacionais – definidos no Planejamento Estratégico de TIC vigente são:

- Credibilidade
- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade
- Segurança Jurídica

8.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico de TIC vigentes são:

- Garantir a satisfação do cliente de TIC;
- Buscar a excelência nas rotinas de trabalho;
- Facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços;
- Promover a cidadania, permitindo que os sistemas e serviços estejam disponíveis a todos os cidadãos;
- Promover a interação e a troca de experiências de TI entre o TJMT e o CNJ;
- Aprimorar a comunicação com o público externo;
- Melhorar a imagem de TIC do Judiciário;
- Promover capacitação contínua dos servidores de TI;
- Garantir a implantação da estrutura de TIC nos moldes da resolução 90 do CNJ;



- Garantir a saúde laboral dos servidores de TIC;
- Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas;
- Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao Judiciário;
- Promover a segurança da informação;
- Gestão de Sistemas de Informação e Comunicação;
- Prover a documentação de sistemas;
- Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC.

8.5 Análise SWOT

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">▪ Ter instituído a central de atendimento.▪ Capacidade técnica.▪ Os procedimentos e fluxos padronizados existentes são seguidos, bem como revistos anualmente.▪ Ter processos certificados ISO 9001.▪ Acompanhamento pela gestão da TI de todos os projetos.▪ Instituição do comitê de mudanças.▪ Utilização do BPMN.▪ Existência de uma WIKI.▪ Existência da política de segurança da informação.	<ul style="list-style-type: none">▪ A metodologia atual de desenvolvimento é inadequada.▪ Falta de um escritório de Governança de TI.▪ Insuficiência de servidores efetivos.▪ Inexistência de carreira de TI.▪ O software da central de atendimento não atende as necessidades gerenciais. Ex. Relatórios, a falta de interação com as mudanças, falta de interação de infraestrutura.▪ Falta de assessoria jurídica/ administrativa para apoio aos diretores de TI.▪ Organograma inadequado de TI.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">▪ O mercado reconhece a TI do PJMT como referência no estado do Mato Grosso.▪ Instituição do comitê de gestão de TI.▪ Os coordenadores de outras áreas reconhecem a necessidade de ter mais servidores específicos na TI.▪ O reconhecimento da normatização dos sistemas.▪ Reconhecimento de ter um plano de carreira na TI.	<ul style="list-style-type: none">▪ Falta de definição dos processos de trabalho pelos clientes.▪ Falta de uma visão de gestão por processos no PJMT.▪ Problema de comunicação entre as áreas fim e a TI.▪ Necessidade de uma implantação e aplicação efetiva de uma metodologia de projetos para o PJMT.



<ul style="list-style-type: none">▪ Alocação de suporte permanente de técnicos de TI nas comarcas.▪ Reconhecimento da necessidade de integração dos sistemas pelas áreas fim.	<ul style="list-style-type: none">▪ Falta de consulta a TI no momento de uma definição ou alteração de processos de trabalho implementados por sistemas. Ex. instruções normativas.▪ Demora nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e treinamentos de TI.▪ Interferência e questionamentos de ordem técnica por outras áreas sobre pareceres, especificações e definições da TI.▪ A mudança constante de prioridades nos projetos de sistemas.▪ O alto crescimento da demanda por espaço de armazenamento.▪ Incapacidade das empresas de telecomunicação em fornecer links com as especificações necessárias para atender as necessidades de TI.▪ Os prazos a serem cumpridos para atender as resoluções do CNJ.▪ Falta de uma política de aderência dos servidores a TI.▪ Remuneração dos profissionais de TI não compatível com o mercado.▪ Dificuldade de integração com sistemas de outras entidades. Ex. interação com o sistema FIPLAN, Siscondj, sistema de cadastro da OAB.
--	---

Quadro 4 – Análise SWOT

9 CORRELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA DA CTI

O PDTI sempre deverá ser correlacionado com o Planejamento Estratégico de TIC vigente e com o planejamento estratégico institucional. Por este motivo, como já mencionado anteriormente, em caráter excepcional, visando o alinhamento das necessidades apresentadas neste diagnóstico com as Estratégias do Tribunal, o PDTI deverá ser revisado após a elaboração do Plano Estratégico Institucional para o próximo período.



10 ARQUITETURA DE REFERÊNCIA

Os seguintes padrões de referência para arquitetura são sugeridos:

- Para o desenvolvimento de sistemas é indicado à continuidade da adoção do SCRUM e metodologias ágeis, como referência.
- Para a governança de TI é indicada a adoção de processos de acordo com o COBIT 5 e a ITIL.
- Para gestão de projetos é indicada a utilização de uma metodologia de gestão de projetos como PMBOK e PRINCE 2.
- Para segurança da informação é indicado à norma NBR ISO 27002:2005 como referência.
- Para a arquitetura da tecnologia da informação é indicado como referência o TOGAF.

11 PROJETOS E AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os projetos referentes ao PDTI 2015 -2019 são apresentados a seguir:

11.1 Projetos e Ações de Tecnologia da Informação com Relacionamento Direto com o Planejamento Estratégico Participativo – PAPEP.

ID	NOME
PAPEP 1	Infraestrutura de equipamentos, comunicação e softwares de TI
PAPEP 2	Aprimoramento da informatização dos processos judiciais
PAPEP 3	Aprimoramento da informatização dos processos administrativos
PAPEP 4	Segurança e suporte dos serviços e das informações

Quadro 5 – PAPE

11.1.1 PAPEP 1 - Infraestrutura de Equipamentos, Comunicação e Softwares de TI

PAPEP 1 - Infraestrutura de equipamentos, comunicação e softwares de TI
Escopo
<ul style="list-style-type: none">• Adequar as resolução e normativas do CNJ• Implantação do PDTI• Aquisição de comutadores de rede: distribuidor e concentrador (ampliar) e aquisição de



<p><i>storage</i> (ampliar)</p> <ul style="list-style-type: none">• Aquisição de equipamentos-servidores (ampliar)
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Equipe de infraestrutura.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração• DSS04 Gerenciar a Continuidade

Quadro 6 – PAPE 1



11.1.2 PAPEP 2 - Aprimoramento da informatização dos processos judiciais

PAPEP 2 - Aprimoramento da informatização dos processos judiciais
Escopo
<ul style="list-style-type: none">• Adequar as resoluções e normativas do CNJ;• Implantação do PDTI;• Terceirização de desenvolvimento ;• Fábrica de Software ;• Integrar os sistemas informatizados para os serviços judiciários (exemplo: sistema de conciliação com o PJe, SIAP com PJe, BI com PJe);• Implantar o sistema único de processo eletrônico - Res.185/2013 CNJ;<ul style="list-style-type: none">○ Definir a priorização dos módulos a serem implementados pelo TJMT○ Definir a equipe e cronograma de implementação/implantação○ Definir as adequações dos sistemas internos ao PJe• Desenvolver ou adquirir novas soluções;• Ampliação do precatório eletrônico (projeto piloto na 1ª Vara de Fazenda Pública de Cuiabá);• Produção de acórdão administrativo (automatização) viabilizando a publicação da jurisprudência administrativa de forma automática no site.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Equipe de sistemas.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração• DSS04 Gerenciar a Continuidade

Quadro 7 – PAPE 2



11.1.3 PAPEP 3 - Aprimoramento da informatização dos processos administrativos

PAPEP 3 - Aprimoramento da informatização dos processos administrativos	
Escopo	
<ul style="list-style-type: none">• Adequar as resolução e normativas do CNJ• Implantação do PDTI• Terceirização de desenvolvimento• Fábrica de Software (consultoria APF)• Disponibilizar nas unidades judiciárias e administrativas sistema de comunicação, via internet• Integrar os sistemas informatizados das áreas meio (entre as áreas)• Desenvolver ou adquirir novas soluções• Ampliação da virtualização dos processos administrativos	
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto	
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.	
Envolvimento do pessoal de TI	
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Equipe de sistemas.	
Principais processos COBIT relacionados com este projeto	
<ul style="list-style-type: none">• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração• DSS04 Gerenciar a Continuidade	

Quadro 8 – PAPE 3



11.1.4 PAPEP 4 - Segurança e suporte dos serviços e das informações

PAPEP 4 - Segurança e suporte dos serviços e das informações
Escopo
<ul style="list-style-type: none">• Terceirização de suporte e conectividade• Adequar as resolução e normativas do CNJ• Implantação do PDTI• Aquisição de segurança• Aquisição de software e equipamentos para backup (implantação)• Consultoria em Pentesting• Outsourcing de impressão• Ampliação da sala segura• Implantação da nuvem (cloud PJMT)
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Gestores de TI.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração• DSS04 Gerenciar a Continuidade

Quadro 9 – PAPE 4



11.2 Projetos e Ações de Tecnologia da Informação Estruturantes

ID	NOME
PAE 1	Reestruturação da Central de serviços
PAE 2	Estruturação da metodologia de risco
PAE 3	Estruturação da Unidade de governança de TI
PAE 4	Estruturação da Unidade de segurança da Informação

Quadro 10 – PAE

11.2.1 PAE 1 - Reestruturação da Central de Serviços

PAE 1 - Reestruturação da Central de serviços
Escopo
Este projeto tem como objetivo a reestruturação da Central de serviços de TI e a adoção dos processos de gerenciamento de incidentes, gerenciamento de requisição e gerenciamento de acesso com preconiza a ITIL e COBIT 5.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;Gestores de TI.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">EDM01 Assegurar o Estabelecimento e Manutenção do Framework de GovernançaEDM03 Assegurar a Otimização de RiscosAPO09 Gerenciar os Acordos de ServiçoAPO10 Gerenciar os FornecedoresAPO12 Gerenciar os RiscosAPO13 Gerenciar a SegurançaBAI01 Gerenciar Programas e ProjetosBAI04 Gerenciar a Disponibilidade e CapacidadeBAI06 Gerenciar MudançasBAI07 Gerenciar Aceite e Transição de MudançaBAI09 Gerenciar os AtivosBAI10 Gerenciar a Configuração

Quadro 11 - PAE 1



11.2.2 PAE 2 - Estruturação da Metodologia de Risco

PAE 2 - Estruturação da metodologia de risco
Escopo
Estruturação e adoção de uma metodologia padrão de gestão e tratamento de riscos de TI.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Gestores de TI.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• EDM03 Assegurar a Otimização de Riscos• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração

Quadro 12 – PAE 2



11.2.3 PAE 3 - Estruturação da Unidade de Governança de TI

PAE 3 Estruturação da Unidade de governança de TI
Escopo
Estruturação da Unidade de segurança da Informação.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Gestores de TI.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• EDM01 Assegurar o Estabelecimento e Manutenção do Framework de Governança• EDM03 Assegurar a Otimização de Riscos• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração

Quadro 13 – PAE 3



11.2.4 PAE 4 - Estruturação da Unidade de Segurança da Informação

PAE 4 - Estruturação da Unidade de segurança da Informação
Escopo
Estruturação da unidade de segurança da informação.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Um gestor do projeto com conhecimento da metodologia de gestão de projetos adotada pelo PJMT;• Gestores de TI.
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• EDM01 Assegurar o Estabelecimento e Manutenção do Framework de Governança• EDM03 Assegurar a Otimização de Riscos• APO09 Gerenciar os Acordos de Serviço• APO10 Gerenciar os Fornecedores• APO12 Gerenciar os Riscos• APO13 Gerenciar a Segurança• BAI01 Gerenciar Programas e Projetos• BAI04 Gerenciar a Disponibilidade e Capacidade• BAI06 Gerenciar Mudanças• BAI07 Gerenciar Aceite e Transição de Mudança• BAI09 Gerenciar os Ativos• BAI10 Gerenciar a Configuração

Quadro 14 – PAE 4



11.3 Projetos e Ações de tecnologia da Informação Estruturantes Dependentes de Fatores Externos a TI

ID	NOME
PAFE 1	Prover servidores efetivos com especialidade em tecnologia da informação
PAFE 2	Implementar uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos de tecnologia da informação

Quadro 15 – PAFE

11.3.1 PAFE 1 - Prover servidores efetivos com especialidade em tecnologia da informação.

PAFE 1 - Prover servidores efetivos com especialidade em tecnologia da informação
Escopo
Concurso público visando contratação de servidores com especialidade em tecnologia da informação.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">• Gestores de TI
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">• EDM04 Assegurar a Otimização de Recursos• APO07 Gerenciar Recursos Humanos

Quadro 16 – PAFE 1



11.3.2 PAFE 2 - Implementar uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos de tecnologia da informação

PAFE 2 - Implementar uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos de tecnologia da informação.
Escopo
Implantar uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos no âmbito do PJMT.
Objetivo estratégico que recebe a contribuição principal do projeto
Garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, serviços e sistemas.
Envolvimento do pessoal de TI
<ul style="list-style-type: none">Gestores de TI
Principais processos COBIT relacionados com este projeto
<ul style="list-style-type: none">EDM04 Assegurar a Otimização de RecursosAPO07 Gerenciar Recursos Humanos

Quadro 17 – PAFE 2

11.4 Previsão de Prazo de Execução

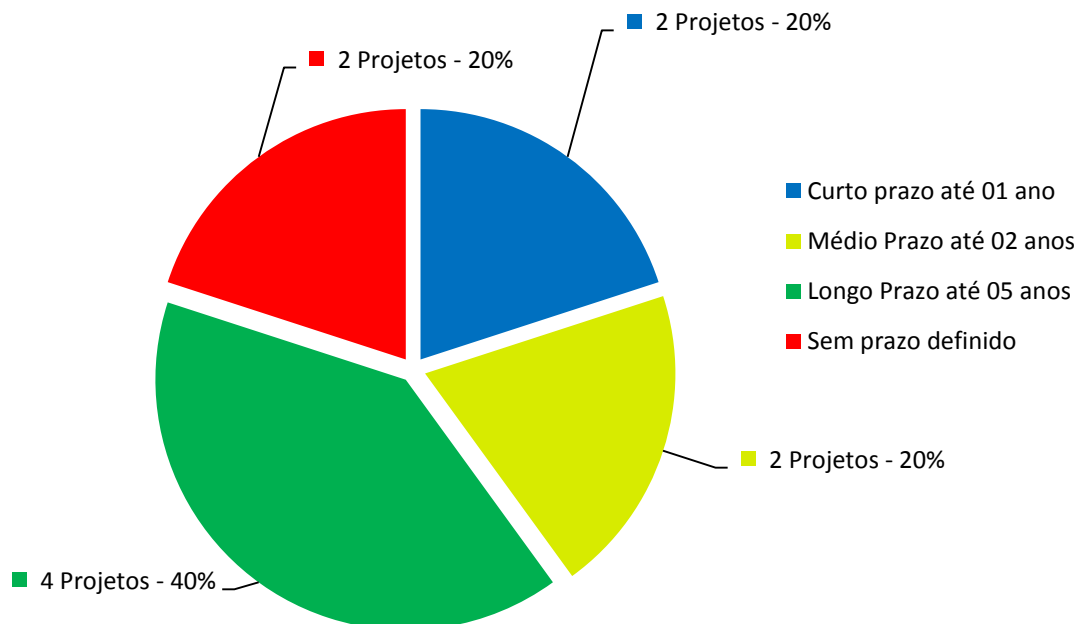


Figura 3 - Previsão de Prazo de Execução



A seguir são relacionados os projetos por prazo.

11.4.1 Curto Prazo: até 01 ano

ID	NOME
PAE 3	Estruturação da unidade de governança de TI
PAE 4	Estruturação da unidade de segurança da informação

Quadro 18- Curto prazo

11.4.2 Médio Prazo: até 02 anos

ID	NOME
PAE 1	Reestruturação da central de serviços
PAE 2	Estruturação da metodologia de risco

Quadro 19- Médio prazo

11.4.3 Longo Prazo: até 05 anos

ID	NOME
PAPE 1	Infraestrutura de equipamentos, comunicação e softwares de TI
PAPE 2	Sistemas Judiciários
PAPE 3	Sistemas para área meio
PAPE 4	Segurança e suporte dos serviços e das informações

Quadro 20 – Longo prazo

11.4.4 Sem Prazo Definido

ID	NOME
PAFE 1	Concurso público visando contratação de servidores com especialidade em tecnologia da informação
PAFE 2	Implantação de metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos

Quadro 21 – Sem prazo definido



12 SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO, REVISÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PDTI.

O PDTI tem previsão de revisão semestral ou eventual, em caso de alterações no referencial estratégico das áreas de TI do PJMT. O processo de revisão será conduzido pela CTI e os resultados desse processo serão submetidos ao Comitê de TI e a direção do Tribunal.

O monitoramento do PDTI será realizado baseado em dois indicadores alinhados ao planejamento estratégico. Os mesmos deverão ser acompanhados e apresentados ao comitê de TI trimestralmente para acompanhamento e validação.

12.1 Indicadores

12.1.1 Índice de Execução do PDTI

Indicador	
Nome do indicador	
Índice de Execução do PDTI	
Descrição do Indicador	
Mede a execução dos projetos elencados no PDTI do PJMT.	
Objetivo Estratégico que Recebe a Contribuição Principal do Projeto	
Fortalecer a atuação da TI na definição e manutenção dos processos	
Observação	
Serão considerados para medição os projetos com execução prevista para o período de medição.	
Perspectiva	Pessoas & Tecnologia
Unidade de medida	Percentual
Periodicidade de monitoramento	Trimestral
Data da medição	Até o 5º dia útil após o período de monitoramento
Tendência	Crescente
Fonte do dado	Planilha
Fórmula de calculo	
$\left(\frac{\text{Quantidade de projetos previstos para execução no período da medição que estão no prazo}}{\text{Quantidade total de projetos previstos para execução no período da medição}} \right) \times 100$	

Quadro 22 – Índice de execução do PDTI.



12.1.2 Índice de Satisfação com a Execução de Projetos Estratégicos do PET Contemplados no PDTI

Indicador	
Nome do indicador	
Índice de Satisfação com a Execução de Projetos Estratégicos do PET Contemplados no PDTI	
Descrição do Indicador	
Mede a satisfação dos usuários finais com relação ao desenvolvimento de projetos estratégicos do PET elencados no PDTI do PJMT.	
Objetivo Estratégico que Recebe a Contribuição Principal do Projeto	
Fortalecer a atuação da TI na definição e manutenção dos processos	
Observação	
Serão atribuídos valores de 1 a 5 sendo que 1 corresponde a pior avaliação e 5 a melhor avaliação.	
Perspectiva	Pessoas & Tecnologia
Unidade de medida	Numérico
Periodicidade de monitoramento	Trimestral
Data da medição	Até o 5º dia útil após o período de monitoramento
Tendência	Crescente
Fonte do dado	Pesquisa com donos dos projetos
Fórmula de calculo	
$(\text{Somatório dos valores das avaliações}) / (\text{número de avaliações} \times \text{n}^{\circ} \text{ de questões})$	

Quadro 23 - Índice de satisfação com a execução de Projetos Estratégicos do PET contemplados no PDTI